

ALEXANDRE DE MORAES



**PARECERES
DE DIREITO PÚBLICO**

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2015

© 2015 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes, Alexandre de
Pareceres de direito público / Alexandre de Moraes. –
São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00002-3

1. Direito público 2. Direito público – Pareceres – Brasil 3. Pareceres
jurídicos – Brasil I. Título.

15-04039
CDU-34(81)(094.98)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito público : Pareceres : Brasil 34(81)(094.98)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br



Sumário

- 1 Autonomia do Ministério Público e regulamentação de estágio, 1
- 2 Autonomia dos Tribunais para definição de critérios de desempate para fins de promoção na carreira dos magistrados, 23
- 3 Competência administrativa para editar plano nacional de capacitação judicial de magistrados e servidores do Poder Judiciário, 43
- 4 Competência disciplinar do Conselho Nacional de Justiça, 51
- 5 Competência legislativa para legislar sobre bombeiros voluntários, 61
- 6 Disciplina Constitucional na aquisição de terras brasileiras por estrangeiros, 71
- 7 Irretroatividade de inelegibilidade legal do art. 1º, inciso I, letra l, da LC nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa), 91
- 8 Limitações Constitucionais para cargos em comissão de livre provimento, 97
- 9 Possibilidade de Constituição de Eireli em cooperativas de transporte público coletivo, 111
- 10 Princípio do juiz natural e mandado de busca e apreensão na sede do poder legislativo estadual, 125
- 11 Requisitos para nomeação de conselheiro do tribunal de contas, 139
- 12 Sistema remuneratório e teto salarial do funcionalismo público. Servidor da ativa e proventos de aposentadoria ou pensão por morte, 153
- 13 Supremo Tribunal Federal e prerrogativa de foro (AP 470), 163
- 14 Titular de mandato eletivo e suplência do Senado Federal, 187